

• Renato Brasileiro de Lima

Manual de PROCESSO PENAL



DE ACORDO COM AS LEIS

- ✓ Novo Código de Processo Civil - 2015;
- ✓ **Lei nº 13.104/15**: feminicídio como qualificadora do homicídio;
- ✓ Audiência de Custódia: **PLS 554/2011**;
- ✓ **Lei nº 13.060/14**: instrumentos de menor potencial ofensivo;
- ✓ **Lei nº 13.047/14**: reorganização da Polícia Federal;
- ✓ **Lei nº 13.008/14**: nova redação dos crimes de descaminho e contrabando;
- ✓ **Lei nº 12.984/14**: tipifica a conduta de discriminação contra o portador do vírus HIV;
- ✓ **Lei nº 12.978/14**: transforma em hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B do CP);
- ✓ **Lei nº 12.971/14**: altera dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro".

INCLUI

- ✓ Mais de 3.000 julgados do STF e do STJ
- ✓ Referências ao Processo Penal Militar
- ✓ Amplo estudo dos dispositivos processuais penais da legislação especial

3ª edição
revista, ampliada e atualizada

 **EDITORA**
Jus **PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br

SUMARIO

AGRADECIMENTO	31		
APRESENTAÇÃO	33		
PREFÁCIO	35		
TÍTULO 1 • NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	37		
1. Introdução	37		
2. Sistemas processuais penais	38		
2.1. Sistema inquisitorial	38		
2.2. Sistema acusatório	39		
2.3. Sistema misto ou francês	41		
3. Princípios fundamentais do processo penal	42		
3.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade)	43		
3.1.1. Noções introdutórias.....	43		
3.1.2. Da regra probatória (in dubio pro reo)	44		
3.1.3. Da regra de tratamento.....	45		
3.2. Princípio do contraditório	48		
3.2.1. Contraditório para a prova e contraditório sobre a prova	50		
3.3. Princípio da ampla defesa	51		
3.3.1. Defesa técnica (processual ou específica)	52		
3.3.2. Autodefesa (material ou genérica)..	57		
3.3.3. Ampla defesa no processo administrativo disciplinar e na execução penal	61		
3.4. Princípio da publicidade	62		
3.4.1. Divisão da publicidade: ampla e restrita	64		
3.4.2. Sessão de julgamento na Justiça Militar e votação em sala secreta	65		
3.5. Princípio da busca da verdade: superando o dogma da verdade real.....	66		
3.5.1. Busca da verdade consensual no âmbito dos Juizados	68		
3.6. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	68		
3.7. Princípio do juiz natural	69		
3.8. Princípio do nemo tenetur se detegere	71		
3.8.1. Noções introdutórias.....	71		
3.8.2. Titular do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	71		
3.8.3. Advertência quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo	72		
3.8.4. Desdobramentos do direito de não produzir prova contra si mesmo	75		
3.8.5. Bafômetro: a infração administrativa de embriaguez ao volante e a nova redação do crime de embriaguez ao volante (Lei nº 12.760/12)	81		
3.8.6. Consequências do exercício do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	85		
3.8.7. O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros delitos.....	85		
3.9. Princípio da proporcionalidade.....	86		
3.9.1. Da adequação.....	88		
3.9.2. Da necessidade	89		
3.9.3. Da proporcionalidade em sentido estrito	90		
4. Lei processual penal no espaço.....	90		
4.1. Tratados, convenções e regras de direito internacional	91		
4.2. Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades ...	92		
4.3. Processos da competência da Justiça Militar	93		
4.4. Processos da competência do tribunal especial.....	93		
4.5. Crimes de imprensa	94		
4.6. Crimes eleitorais.....	94		
4.7. Outras exceções	95		
5. Lei processual penal no tempo	95		
5.1. Lei nº 9.099/95 e seu caráter retroativo ...	98		
5.2. Lei nº 9.271/96 e nova redação do art. 366: suspensão do processo e da prescrição...	99		
5.3. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e sua aplicabilidade imediata aos processos em andamento	99		
5.4. Lei nº 12.403/11 e o novo regramento quanto às medidas cautelares de natureza pessoal	100		
5.5. Normas processuais heterotópicas.....	101		
5.6. Vigência, validade, revogação, derrogação e ab-rogação da lei processual penal	102		
6. Interpretação da lei processual penal.....	102		

6.1. Interpretação extensiva.....	103	9.7. Determinação de realização de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias	134
6.2. Analogia.....	104	9.8. Identificação do indiciado	135
6.3. Distinção entre analogia e interpretação analógica	105	9.9. Averiguação da vida pregressa do investigado	135
6.4. Aplicação subsidiária do novo Código de Processo Civil ao processo penal	105	9.10. Reconstituição do fato delituoso	135
TÍTULO 2 • INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....	109	10. Identificação criminal	136
1. Conceito de inquérito policial	109	10.1. Conceito	136
2. Natureza jurídica do inquérito policial	109	10.2. Leis relativas à identificação criminal.....	137
3. Finalidade do inquérito policial.....	110	10.3. Documentos atestadores da identificação civil	138
4. Valor probatório do inquérito policial.....	111	10.4. Hipóteses autorizadoras da identificação criminal.....	139
5. Atribuição para a presidência do inquérito policial	112	10.5. Identificação do perfil genético (Lei nº 12.654/12).....	141
5.1. Funções de polícia administrativa, judiciária e investigativa	112	11. Incomunicabilidade do indiciado preso	143
5.2. Da atribuição em face da natureza da infração penal.....	114	11.1. Regime disciplinar diferenciado	143
5.3. Da atribuição em face do local da consumação da infração penal	115	12. Indiciamento	144
6. Características do inquérito policial	116	12.1. Conceito	144
6.1. Procedimento escrito	116	12.2. Momento	145
6.2. Procedimento dispensável	116	12.3. Espécies.....	145
6.3. Procedimento sigiloso	117	12.4. Pressupostos	145
6.4. Procedimento inquisitorial	121	12.5. Desindiciamento.....	146
6.5. Procedimento discricionário	122	12.6. Atribuição	146
6.6. Procedimento oficial	123	12.7. Sujeito passivo.....	146
6.7. Procedimento oficioso	123	12.8. Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais	148
6.8. Procedimento indisponível.....	124	13. Conclusão do inquérito policial.....	149
6.9. Procedimento temporário.....	124	13.1. Prazo para a conclusão do inquérito policial	149
7. Formas de instauração do inquérito policial.....	125	13.1.1. Quadro sinóptico do prazo para a conclusão do inquérito policial	151
7.1. Crimes de ação penal pública incondicionada	125	13.2. Relatório da autoridade policial	151
7.2. Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada	127	13.3. Destinatário dos autos do inquérito policial	152
8. Notitia criminis	128	13.4. Providências a serem adotadas após a remessa dos autos do inquérito policial	154
8.1. Delatio criminis	129	14. Arquivamento do inquérito policial	156
8.2. Notitia criminis inqualificada	129	14.1. Fundamentos do arquivamento.....	157
9. Diligências investigatórias	129	14.2. Coisa julgada na decisão de arquivamento	158
9.1. Preservação do local do crime	130	14.3. Desarquivamento, a partir da notícia de provas novas, e oferecimento de denúncia, na hipótese do surgimento de provas novas	161
9.2. Apreensão de objetos	131	14.4. Procedimento do arquivamento	163
9.3. Colheita de outras provas	131	14.4.1. Procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Estadual.....	163
9.4. Oitiva do ofendido.....	132		
9.5. Oitiva do indiciado	132		
9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações.....	134		

14.4.2. Procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Federal e da Justiça Comum do Distrito Federal.....	164	1. Conceito de ação penal.....	191
14.4.3. Procedimento do arquivamento na Justiça Eleitoral.....	165	2. Características do direito de ação penal.....	192
14.4.4. Procedimento do arquivamento na Justiça Militar da União.....	166	3. Lide no processo penal.....	192
14.4.5. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República.....	167	4. Condições da ação penal.....	193
14.5. Arquivamento implícito.....	169	4.1. Condições genéricas da ação penal.....	196
14.6. Arquivamento indireto.....	170	4.1.1. À luz da teoria geral do processo....	196
14.7. Arquivamento em crimes de ação penal de iniciativa privada.....	170	4.1.2. À luz de uma teoria específica do processo penal.....	210
14.7. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento.....	171	4.2. Condições específicas da ação penal.....	211
14.8. Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente.....	171	4.3. Condições da ação e condições de prosseguibilidade (condição superveniente da ação).....	213
15. Trancamento (ou encerramento anômalo) do inquérito policial.....	172	4.4. Condições da ação, condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	214
16. Instrumentos investigatórios diversos do inquérito policial.....	174	4.4.1. Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária.....	215
16.1. Comissões Parlamentares de Inquérito: inquéritos parlamentares.....	174	5. Classificação das ações penais.....	220
16.2. Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF).....	176	5.1. Classificação das ações penais condenatórias.....	221
16.3. Inquérito Policial Militar.....	177	6. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada.....	223
16.4. Investigação pelo Ministério Público: procedimento investigatório criminal.....	179	6.1. Princípio do ne procedat iudex ex officio..	223
16.4.1. Posição contrária à investigação pelo Ministério Público.....	179	6.2. Princípio do ne bis in idem.....	224
16.4.2. Posição favorável à investigação pelo Ministério Público.....	179	6.3. Princípio da intranscendência.....	226
16.4.3. Posição jurisprudencial.....	181	6.4. Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.....	226
16.4.4. Procedimento investigatório criminal.....	183	6.5. Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.....	230
16.5. Inquérito civil.....	184	6.6. Princípio da indisponibilidade da ação penal pública.....	231
16.6. Termo circunstanciado.....	185	6.7. Princípio da disponibilidade da ação penal de iniciativa privada (exclusiva ou personalíssima).....	232
16.7. Investigação pela autoridade judiciária...	185	6.8. Princípio da (in) divisibilidade da ação penal pública.....	233
16.7.1. Inquérito judicial.....	185	6.9. Princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada.....	233
16.7.2. Revogada Lei das organizações criminosas.....	185	6.10. Princípio da oficialidade.....	235
16.7.3. Infrações penais praticadas por magistrados.....	186	6.11. Princípio da autoritariedade.....	235
16.8. Investigação criminal defensiva.....	187	6.12. Princípio da oficiosidade.....	235
17. Controle externo da atividade policial.....	189	6.13. Quadro comparativo dos princípios da ação penal.....	235
TÍTULO 3 • AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	191	7. Ação penal pública incondicionada.....	237
		8. Ação penal pública condicionada.....	239
		8.1. Representação.....	239
		8.1.1. Natureza jurídica da representação	240
		8.1.2. Desnecessidade de formalismo.....	240
		8.1.3. Destinatário da representação.....	240

8.1.4. Legitimidade para o oferecimento da representação	241	15.1. Denúncia e queixa-crime.....	281
8.1.5. Prazo decadencial para o oferecimento da representação	244	15.2. Requisitos da peça acusatória.....	282
8.1.6. Retratação da representação	246	15.2.1. Exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias.....	282
8.1.7. Eficácia objetiva da representação..	247	15.2.2. Qualificação do acusado	285
8.1.8. Representação no processo penal militar	248	15.2.3. Classificação do crime	286
8.2. Requisição do Ministro da Justiça	249	15.2.4. Rol de testemunhas.....	286
8.2.1. Requisição no processo penal militar	250	15.2.5. Endereçamento da peça acusatória	287
9. Ação penal de iniciativa privada.....	250	15.2.6. Redação em vernáculo	288
9.1. Ação penal exclusivamente privada	252	15.2.7. Razões de convicção ou presunção da delinquência	288
9.2. Ação penal privada personalíssima	252	15.2.8. Peça acusatória subscrita pelo Ministério Público ou pelo advogado do querelante	288
9.3. Ação penal privada subsidiária da pública	253	15.2.9. Procuração da queixa-crime e recolhimento de custas	289
9.4. Extinção da punibilidade e ação penal de iniciativa privada	256	15.3. Prazo para o oferecimento da peça acusatória.....	291
9.4.1. Decadência.....	256	16. Questões diversas	293
9.4.2. Renúncia ao direito de queixa.....	258	16.1. Denúncia genérica e crimes societários..	293
9.4.3. Perdão do ofendido.....	260	16.1.1. Acusação geral e acusação genérica.....	294
9.4.4. Quadro comparativo entre renúncia e perdão do ofendido	262	16.2. Cumulação de imputações	295
9.4.5. Perempção	262	16.3. Imputação implícita.....	295
9.5. Ação penal privada no processo penal militar	264	16.4. Imputação alternativa	296
10. Ação penal popular	264	17. Aditamento à denúncia.....	298
11. Ação penal adesiva.....	265	17.1. Espécies de aditamento	300
12. Ação de prevenção penal	266	17.1.1. Quanto ao objeto do aditamento: próprio e impróprio	300
13. Ação penal secundária	266	17.1.2. Quanto à voluntariedade do aditamento: espontâneo e provocado.....	301
14. Ação penal nas várias espécies de crimes.....	266	17.2. Interrupção da prescrição	302
14.1. Ação penal nos crimes contra a honra....	266	17.3. Procedimento do aditamento	303
14.2. Ação penal nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada	268	17.4. Aditamento à queixa-crime.....	303
14.3. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa com violência doméstica e familiar contra a mulher....	269	18. Ação civil ex delicto.....	304
14.4. Ação penal nos crimes ambientais: pessoas jurídicas e dupla imputação	271	18.1. Noções introdutórias.....	304
14.5. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 12.015/09)	272	18.2. Sistemas atinentes à relação entre a ação civil ex delicto e o processo penal	304
14.5.1. Antes da Lei nº 12.015/09.....	272	18.3. Efeitos civis da absolvição penal	306
14.5.2. Depois da Lei nº 12.015/09.....	275	18.4. Obrigação de indenizar o dano causado pelo delito como efeito genérico da sentença condenatória.....	311
14.5.3. Direito intertemporal	277	18.4.1. Quantificação do montante a ser indenizado ao ofendido.....	314
14.6. Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático.....	280	18.4.2. Natureza do dano cuja indenização mínima pode ser fixada na sentença condenatória	317
15. Peça acusatória	281		

TÍTULO 4 • COMPETÊNCIA**CRIMINAL..... 319****CAPÍTULO I • PREMISSAS FUNDAMENTAIS****E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS 319**

1. Jurisdição e competência 319
2. Princípio do juiz natural 320
 - 2.1. Lei processual que altera regras de competência..... 320
 - 2.2. Convocação de Juízes de 1º grau de jurisdição para substituição de Desembargadores..... 322
3. Espécies de competência 324
4. Competência absoluta e relativa..... 325
 - 4.1. Quanto à natureza do interesse..... 325
 - 4.2. Quanto à arguição da incompetência 327
 - 4.3. Quanto ao reconhecimento da incompetência no juízo ad quem..... 330
 - 4.4. Quanto às consequências da incompetência absoluta e relativa 332
 - 4.5. Quanto à coisa julgada nos casos de incompetência absoluta e relativa 335
 - 4.6. Quadro sinóptico dos regimes jurídicos das regras de incompetência absoluta e relativa..... 336
5. Fixação da competência criminal 337
6. Competência internacional 338
7. Tribunal Penal Internacional..... 339

CAPÍTULO II • COMPETÊNCIA EM RAZÃO**DA MATÉRIA 343**

1. Competência Criminal da Justiça Militar..... 343
 - 1.1. Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados 343
 - 1.1.1. Quanto à competência criminal..... 344
 - 1.1.2. Quanto à competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares..... 345
 - 1.1.3. Quanto ao acusado 345
 - 1.1.4. Quanto ao órgão jurisdicional competente 348
 - 1.1.5. Quanto ao órgão jurisdicional ad quem 350
 - 1.1.6. Quadro comparativo entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual..... 351
 - 1.2. Crime militar..... 352
 - 1.2.1. Crime propriamente militar e crime impropriamente militar..... 352

1.2.2. Crime militar de tipificação direta e crime militar de tipificação indireta 355

1.2.3. Dos crimes militares em tempo de paz..... 356

1.2.4. Dos crimes militares praticados em tempo de guerra 396

2. Competência Criminal da Justiça Eleitoral 396

3. Competência Criminal da Justiça do Trabalho 399

4. Competência Criminal da Justiça Federal..... 400

4.1. Considerações iniciais 400

4.2. Atribuições de polícia investigativa da Polícia Federal 402

4.3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV) 402

4.3.1. Crimes políticos..... 402

4.3.2. Crimes contra a União..... 403

4.3.3. Crimes contra autarquias federais .. 404

4.3.4. Crimes contra empresas públicas federais..... 405

4.3.5. Crimes contra fundações públicas federais..... 406

4.3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional..... 406

4.3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) 407

4.3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias e permissionárias de serviço público federal..... 408

4.3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais..... 409

4.3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) 415

4.3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar da União .. 416

4.3.12. Crime praticado contra funcionário público federal 417

4.3.13. Crime praticado por funcionário público federal 419

4.3.14. Tribunal do Júri Federal..... 421

4.3.15. Crimes contra o meio ambiente.... 421

4.3.16. Crimes contra a fé pública..... 425

4.3.17. Execução penal..... 432

4.3.18. Contravenções penais 433

4.3.19. Atos infracionais..... 434

4.4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V).....	434	2.3. Duplo grau de jurisdição	471
4.4.1. Tráfico internacional de drogas.....	436	2.4. Infração penal praticada antes do exercício funcional (regra da atualidade).....	471
4.4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal.....	440	2.5. Crime cometido durante o exercício funcional (regra da contemporaneidade)	474
4.5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º)	443	2.6. Crime cometido após o exercício funcional.....	478
4.6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, Art. 109, VI)	446	2.7. Dicotomia entre crime comum e crime de responsabilidade	478
4.6.1. Crimes contra a organização do trabalho	446	2.8. Local da infração	480
4.6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira	449	2.9. Crime doloso contra a vida	480
4.7. Habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII).....	455	2.10. Hipóteses de concurso de agentes.....	481
4.8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII)	457	2.11. Constituições Estaduais e princípio da simetria	484
4.9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX)	457	2.12. Exceção da verdade.....	486
4.10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X).....	460	2.13. Atribuições dos membros do Ministério Público perante os Tribunais Superiores....	488
4.11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI)	461	2.14. Procedimento originário dos Tribunais ...	488
4.11.1. Genocídio contra índios	463	3. Casuística.....	489
4.12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual	464	3.1. Quanto à competência dos Tribunais.....	489
5. Competência Criminal da Justiça Estadual.....	466	3.1.1. Supremo Tribunal Federal	489
6. Justiça Política ou Extraordinária	466	3.1.2. Superior Tribunal de Justiça	491
		3.1.3. Tribunal Superior Eleitoral.....	492
		3.1.4. Superior Tribunal Militar	493
		3.1.5. Tribunais Regionais Federais	493
		3.1.6. Tribunais Regionais Eleitorais.....	493
		3.1.7. Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.....	493
		3.1.8. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	495
		3.1.9. Senado Federal.....	495
		3.1.10. Tribunal Especial.....	495
		3.1.11. Câmara Municipal	495
		3.2. Quanto aos titulares de foro por prerrogativa de função.....	495
		3.2.1. Presidente da República.....	495
		3.2.2. Deputados federais e Senadores....	496
		3.2.3. Ministros de Estado.....	497
		3.2.4. Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público	498
		3.2.5. Governador de Estado	499
		3.2.6. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e membros dos Tribunais Regionais Federais.....	501
		3.2.7. Membros do Ministério Público Estadual e Juizes Estaduais.....	501
CAPÍTULO III • COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	470		
1. Conceito	470		
2. Regras básicas	471		
2.1. Investigação e indiciamento de pessoas com foro por prerrogativa de função.....	471		
2.2. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República	471		

3.2.8. Membros do Ministério Público da União	502	4. Competência territorial pela residência ou domicílio do réu	522
3.2.9. Deputados Estaduais	503	5. Competência territorial na Justiça Federal, na Justiça Militar (da União e dos Estados) e na Justiça Eleitoral.....	523
3.2.10. Prefeitos municipais	505	CAPÍTULO V • COMPETÊNCIA DE JUÍZO	525
3.2.11. Vereadores	507	1. Determinação do juízo competente.....	525
4. Quadro sinóptico de competência por prerrogativa de função	507	2. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	526
CAPÍTULO IV • COMPETÊNCIA TERRITORIAL ...	509	3. Juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas.....	531
1. Introdução	509	3.1. Conceito legal de organizações criminosas.....	531
2. Competência territorial pelo lugar da consumação da infração	510	3.2. Formação do juízo colegiado em primeiro grau	535
3. Casuística.....	511	4. Competência do Juízo da Execução Penal.....	540
3.1. Quanto às espécies de infração penal	511	5. Competência por distribuição	544
3.1.1. Crimes de mera conduta.....	511	6. Competência por prevenção	545
3.1.2. Crimes formais	511	CAPÍTULO VI • MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA	549
3.1.3. Crimes materiais.....	512	1. Conexão e continência	549
3.1.4. Crimes qualificados pelo resultado	512	1.1. Introdução	549
3.1.5. Crimes permanentes	512	1.2. Conexão.....	551
3.1.6. Infrações em continuidade delitiva	512	1.3. Continência	553
3.1.7. Crimes plurilocais: princípio do esboço do resultado	513	1.4. Efeitos da conexão e da continência	554
3.1.8. Crimes à distância ou de espaço máximo.....	514	1.5. Foro prevalente.....	555
3.1.9. Crimes cometidos no estrangeiro ...	515	1.5.1. Competência prevalente do Tribunal do Júri.....	555
3.1.10. Infrações cometidas a bordo de embarcações ou aeronaves.....	516	1.5.2. Jurisdições distintas.....	556
3.1.11. Infrações cometidas na divisa de duas ou mais comarcas	517	1.5.3. Jurisdições da mesma categoria.....	557
3.1.12. Crimes previstos na Lei de Imprensa (ADPF nº 130).....	517	1.6. Separação de processos.....	559
3.1.13. Crimes falimentares	518	1.6.1. Separação obrigatória dos processos	559
3.1.14. Atos infracionais.....	518	1.6.2. Separação facultativa de processos	562
3.2. Quanto aos crimes em espécie	518	1.7. Perpetuação da competência nas hipóteses de conexão e continência	564
3.2.1. Fraude no pagamento por meio de cheque.....	518	2. Prorrogação de competência	566
3.2.2. Apropriação indébita.....	519	3. Perpetuação de competência.....	568
3.2.3. Furto qualificado pela fraude eletrônica na internet	519	TÍTULO 5 • PROVAS	571
3.2.4. Pedofilia por meio da internet	520	CAPÍTULO I • TEORIA GERAL DAS PROVAS.....	571
3.2.5. Falso testemunho cometido em carta precatória.....	520	1. Terminologia da prova.....	571
3.2.6. Uso de documento falso	520	1.1. Acepções da palavra prova.....	571
3.2.7. Contrabando ou descaminho	521	1.2. Distinção entre prova e elementos informativos	572
3.2.8. Evasão de divisas.....	521		
3.2.9. Exposição à venda de mercadoria em condições impróprias ao consumo	522		

1.3. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas	573	5.1.1. Provas ilícitas e ilegítimas.....	607
1.4. Destinatários da prova	575	5.1.2. Tratamento da (in) admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas.....	610
1.5. Elemento de prova e resultado da prova..	575	5.2. Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada).....	612
1.6. Finalidade da prova	576	5.3. Limitações à prova ilícita por derivação....	614
1.7. Sujeitos da prova.....	576	5.3.1. Da teoria da fonte independente....	614
1.8. Forma da prova	576	5.3.2. Teoria da descoberta inevitável	616
1.9. Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova	577	5.3.3. Limitação da mancha purgada (vícios sanados ou tinta diluída).....	618
1.9.1. Meios extraordinários de obtenção de prova (técnicas especiais de investigação).....	578	5.3.4. Exceção da boa-fé	619
1.10. Prova direta e prova indireta.....	579	5.3.5. A teoria do risco	620
1.11. Indício: prova indireta ou prova semiplena.....	580	5.3.6. Limitação da destruição da mentira do imputado	621
1.12. Suspeita	581	5.3.7. Doutrina da visão aberta.....	621
1.13. Objeto da prova	582	5.3.8. Limitação da renúncia do interessado.....	624
1.14. Prova direta (positiva) e contrária (negativa); a contraprova	586	5.3.9. A limitação da infração constitucional alheia	624
1.15. Prova emprestada	586	5.3.10. A limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial.....	624
1.16. Prova nominada e prova inominada	589	5.4. Inutilização da prova ilícita.....	626
1.17. Prova típica e prova atípica	590	5.4.1. Inutilização da prova ilícita no Tribunal do Júri.....	628
1.18. Prova anômala e prova irritual.....	591	5.5. Descontaminação do julgado	628
2. Ônus da prova	592	6. Princípios relativos à prova penal	628
2.1. Conceito	592	6.1. Princípio da proporcionalidade	629
2.2. Ônus da prova perfeito e menos perfeito.	593	6.1.1. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita pro reo	629
2.3. Ônus da prova objetivo e subjetivo	593	6.1.2. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita pro societate.....	630
2.4. Distribuição do ônus da prova no processo penal.....	595	6.2. Princípio da comunhão da prova	632
2.4.1. Ônus da prova da acusação e da defesa.....	595	6.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes	633
2.4.2. Ônus da prova exclusivo da acusação	597	6.4. Princípio da oralidade	633
2.5. Inversão do ônus da prova	598	6.4.1. Princípio da identidade física do juiz	634
3. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado	599	6.5. Princípio da liberdade probatória	637
3.1. Iniciativa probatória do juiz na fase investigatória.....	599	6.5.1. Liberdade probatória quanto ao momento da prova.....	637
3.2. Iniciativa probatória do juiz no curso do processo penal	601	6.5.2. Liberdade probatória quanto ao tema da prova	638
4. Sistemas de avaliação da prova.....	603	6.5.3. Liberdade probatória quanto aos meios de prova.....	638
4.1. Sistema da íntima convicção do magistrado.....	603	6.6. Princípio do favor rei.....	639
4.2. Sistema da prova tarifada	604		
4.3. Sistema do convencimento motivado (persuasão racional do juiz)	605		
5. Da prova ilegal.....	606		
5.1. Limitações ao direito à prova.....	606		

1. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	640	2.7.4. Ato oral.....	664
1.1. Corpo de delito.....	640	2.7.5. Ato individual.....	664
1.2. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	640	2.7.6. Ato bifásico.....	665
1.3. Laudo pericial.....	642	2.7.7. Ato protegido pelo direito ao silêncio.....	665
1.3.1. Momento para a juntada do laudo pericial.....	642	2.7.8. Liberdade de autodeterminação.....	666
1.3.2. Sistemas de apreciação dos laudos periciais.....	643	2.7.9. Ato público.....	668
1.3.3. Laudo pericial e contraditório.....	643	2.7.10. Ato realizável a qualquer momento, antes do trânsito em julgado.....	668
1.4. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito: infrações transeuntes e não transeuntes.....	643	2.8. Local da realização do interrogatório.....	668
1.5. Exame de corpo de delito direto e indireto.....	644	2.9. Nomeação de curador.....	670
1.5.1. Casuística.....	645	2.10. Interrogatório por videoconferência.....	670
1.6. Ausência do exame de corpo de delito.....	648	2.10.1. Breve histórico da Lei nº 11.900/09: a Lei paulista nº 11.819/05.....	670
1.7. Peritos: oficiais e não oficiais.....	649	2.10.2. A entrada em vigor da Lei nº 11.900/09.....	671
1.7.1. Número de peritos.....	650	2.10.3. Finalidades do uso da videoconferência.....	673
1.8. Assistente técnico.....	651	2.10.4. Intimação das partes da realização da videoconferência.....	673
1.9. Autópsia e exumação para exame cadavérico.....	652	2.10.5. Direito de presença remota do acusado aos demais atos da audiência una de instrução e julgamento.....	674
1.10. Laudo pericial complementar no crime de lesões corporais.....	653	2.10.6. Direito de entrevista prévia e reservada com o defensor.....	674
1.11. Exame pericial de local de crime.....	654	2.10.7. Da (in) constitucionalidade do interrogatório por videoconferência.....	675
1.12. Perícias de laboratório.....	654	3. Confissão.....	676
1.13. Exame pericial para avaliação do prejuízo causado pelo delito.....	654	3.1. Conceito.....	676
1.14. Exame pericial nos casos de incêndio.....	654	3.2. Classificação da confissão.....	676
1.15. Exame pericial para reconhecimento de escritos.....	655	3.3. Características da confissão.....	677
1.16. Exame pericial dos instrumentos do crime.....	655	3.4. Valor probatório da confissão.....	677
1.17. Exame pericial por meio de carta precatória.....	655	3.5. Circunstância atenuante da confissão.....	678
2. Interrogatório judicial.....	655	4. Declarações do ofendido.....	678
2.1. Conceito.....	655	5. Prova testemunhal.....	679
2.2. Natureza jurídica.....	655	5.1. Conceito de testemunha e sua natureza jurídica.....	679
2.3. Momento para a realização do interrogatório.....	656	5.2. Características da prova testemunhal.....	680
2.4. Condução coercitiva.....	658	5.3. Deveres das testemunhas.....	681
2.5. Foro competente para a realização do interrogatório.....	661	5.3.1. Dever de depor.....	681
2.6. Ausência do interrogatório.....	661	5.3.2. Dever de comparecimento.....	683
2.7. Características do interrogatório.....	661	5.3.3. Dever de prestar o compromisso de dizer a verdade.....	685
2.7.1. Ato personalíssimo.....	661	5.3.4. Dever de comunicar mudança de residência.....	686
2.7.2. Ato contraditório.....	661	5.4. Espécies de testemunhas.....	687
2.7.3. Ato assistido tecnicamente.....	663	5.4.1. Testemunhas vulneráveis e depoimento sem dano.....	688

5.5. Procedimento para a oitiva de testemunhas.....	689	10.4. Espécies de busca.....	713
5.5.1. Apresentação do rol de testemunhas.....	689	10.4.1. Busca domiciliar	713
5.5.2. Intimação das testemunhas	690	10.4.2. Busca pessoal	718
5.5.3. Substituição de testemunhas	690	11. Interceptação telefônica.....	719
5.5.4. Desistência da oitiva de testemunhas.....	691	11.1. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	719
5.5.5. Incomunicabilidade das testemunhas.....	691	11.2. Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96..	721
5.5.6. Retirada do acusado da sala de audiência.....	692	11.3. Conceito de interceptação	723
5.5.7. Assunção do compromisso de dizer a verdade.....	692	11.4. Interceptação e escuta ambiental.....	726
5.5.8. Qualificação da testemunha	693	11.5. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais).....	728
5.5.9. Contradita e arguição de parcialidade da testemunha	693	11.6. Comunicações telefônicas de qualquer natureza.....	732
5.5.10. Colheita do depoimento: exame direto (direct-examination) e exame cruzado (cross-examination)	693	11.7. Quebra do sigilo de dados telefônicos....	734
5.5.11. Inversão da ordem de oitiva das testemunhas.....	696	11.8. Finalidade da interceptação telefônica: obtenção de elementos probatórios em investigação criminal ou instrução processual penal.....	737
5.6. Direito ao confronto e produção de prova testemunhal incriminadora.....	697	11.9. Requisitos para a interceptação telefônica.....	739
5.6.1. Testemunhas anônimas e direito ao confronto.....	699	11.9.1. Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente (teoria do juízo aparente)	739
5.6.2. Testemunhas ausentes e direito ao confronto.....	701	11.9.2. Indícios razoáveis de autoria ou participação.....	743
6. Reconhecimento de pessoas e coisas	703	11.9.3. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.....	745
6.1. Conceito e natureza jurídica.....	703	11.9.4. Infração penal punida com pena de reclusão	745
6.2. Procedimento.....	703	11.9.5. Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da interceptação	747
6.3. Reconhecimento fotográfico e fonográfico.....	704	11.10. Sigilo profissional do advogado.....	747
7. Acareação.....	704	11.11. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos (serendipidade)	749
7.1. Conceito e natureza jurídica.....	704	11.12. Procedimento.....	751
7.2. Procedimento probatório.....	705	11.13. Decretação da interceptação telefônica de ofício pelo juiz.....	752
7.3. Valor probatório	706	11.14. Segredo de justiça.....	753
8. Prova documental	706	11.15. Duração da interceptação	753
8.1. Conceito e espécies.....	706	11.16. Execução da interceptação telefônica...	755
8.2. Produção da prova documental	708	11.17. Incidente de inutilização da gravação que não interessar à prova.....	758
8.3. Tradução de documentos em língua estrangeira.....	709	11.18. Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça	759
8.4. Restituição de documentos.....	709	12. Colaboração premiada	759
9. Indícios	710	12.1. Origem e conceito.....	759
10. Busca e apreensão	710		
10.1. Conceito e natureza jurídica.....	710		
10.2. Iniciativa e decretação	710		
10.3. Objeto.....	711		

12.2. Distinção entre colaboração premiada e delação premiada (chamamento de corrêu).....	761	TÍTULO 6 • DAS MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL	805
12.3. Ética e moral.....	762	CAPÍTULO I • DAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	805
12.4. Direito ao silêncio.....	762	1. A tutela cautelar no processo penal	805
12.5. Previsão normativa.....	764	1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	807
12.5.1. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99)	767	2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal.....	809
12.5.2. Nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13)	768	2.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade).....	809
12.6. Voluntariedade e motivação da colaboração.....	770	2.2. Da jurisdicionalidade (princípio tácito ou implícito da individualização da prisão e não somente da pena)	810
12.7. Eficácia objetiva da colaboração premiada.....	771	2.2.1. Da vedação da prisão ex lege.....	813
12.8. Prêmios legais	772	2.3. Da proporcionalidade.....	814
12.9. Natureza jurídica da colaboração premiada.....	778	3. Pressupostos das medidas cautelares: <i>fumus commisi delicti</i> e <i>periculum libertatis</i>	819
12.10. Valor probatório da colaboração premiada: regra da corroboração.....	779	4. Características das medidas cautelares.....	822
12.11. Acordo de colaboração premiada	781	5. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal	823
12.11.1. Legitimidade para a celebração do acordo de colaboração premiada	783	5.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares	823
12.11.2. Retratação do acordo	785	5.2. Decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício	823
12.11.3. Intervenção do juiz.....	785	5.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar.....	824
12.11.4. Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada	788	5.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares	827
12.11.5. Publicidade do acordo de colaboração premiada	789	5.5. Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas cautelares	828
13. Ação controlada	790	5.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas cautelares.....	830
13.1. Conceito e previsão legal	790	5.7. Recursos cabíveis.....	834
13.2. (Des)necessidade de prévia autorização judicial.....	791	5.7.1. Em favor da acusação.....	834
13.3. Flagrante prorrogado, retardado ou diferido	793	5.7.2. Em favor do acusado.....	835
13.4. Entrega vigiada.....	795	5.8. Duração e extinção das medidas cautelares de natureza pessoal	836
14. Infiltração de agentes.....	795	5.9. Detração	836
14.1. Conceito e previsão normativa	795	CAPÍTULO II • PRISÃO	838
14.2. Atribuição para a infiltração: agentes de polícia	797	1. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional.....	838
14.2.1. (Im) possibilidade de infiltração de particulares	798	2. Espécies de prisão	839
14.3. Requisitos para a infiltração.....	798	3. Prisão Extrapenal.....	839
14.4. Duração da infiltração	800	3.1. Prisão civil	839
14.5. Agente infiltrado e agente provocador (entrapment doctrine ou teoria da armadilha)	801		
14.6. Sustação da operação	803		
14.7. Responsabilidade criminal do agente infiltrado.....	803		

3.1.1. Prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel	839	2. Do respeito à integridade física e moral do preso.....	881
3.1.2. Prisão do falido	841	2.1. Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia.....	883
3.2. Prisão administrativa.....	842	2.2. Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas.....	885
3.2.1. Prisão do estrangeiro para fins de extradição, expulsão e deportação	844	3. Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público	886
3.3. Prisão militar	846	4. Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada	888
3.3.1. Da prisão militar em virtude de transgressão disciplinar.....	846	5. Do direito ao silêncio (nemo tenetur se detegere)	889
3.3.2. Da prisão militar em virtude de crime propriamente militar.....	848	6. Da assistência de advogado ao preso	889
4. Prisão penal (carcer ad poenam)	850	7. Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial	891
5. Prisão Cautelar (carcer ad custodiam)	850	8. Do relaxamento da prisão ilegal.....	893
6. Momento da prisão.....	852	CAPÍTULO IV • DA PRISÃO EM FLAGRANTE	895
6.1. Inviolabilidade do domicílio	853	1. Conceito de prisão em flagrante.....	895
6.2. Conceito de dia	855	2. Funções da prisão em flagrante.....	895
6.3. Cláusula de reserva de jurisdição.....	856	3. Fases da prisão em flagrante.....	896
6.4. Momento da prisão e Código Eleitoral	856	4. Natureza jurídica da prisão em flagrante delicto..	898
7. Imunidades prisionais	857	5. Sujeito ativo da prisão em flagrante	900
7.1. Presidente da República e Governadores de Estado.....	857	5.1. Flagrante facultativo.....	900
7.2. Imunidade diplomática	858	5.2. Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo	900
7.3. Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais	859	6. Sujeito passivo do flagrante	901
7.4. Magistrados e membros do Ministério Público.....	860	7. Espécies de flagrante.....	901
7.5. Advogados	861	7.1. Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro	901
7.6. Menores de 18 anos.....	862	7.2. Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante	902
8. Prisão e emprego de força	863	7.3. Flagrante presumido, ficto ou assimilado .	903
8.1. Instrumentos de menor potencial ofensivo (ou não letais)	863	7.4. Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador.....	904
9. Mandado de prisão	864	7.5. Flagrante esperado.....	904
9.1. Cumprimento do mandado de prisão	866	7.5.1. Venda simulada de droga.....	905
9.2. Difusão vermelha (red notice)	872	7.6. Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada	907
9.2.1. Difusão vermelha a ser executada no exterior.....	872	7.7. Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido.....	907
9.2.2. Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil.....	873	8. Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes.....	907
10. Prisão Especial e separação de presos provisórios	874	8.1. Prisão em flagrante em crime permanente	907
10.1. Prisão de Índios.....	878	8.2. Prisão em flagrante em crime habitual.....	908
11. Sala de Estado-Maior	878		
CAPÍTULO III • DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS ATINENTES À TUTELA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO	880		
1. Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito.....	880		

8.3. Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada.....	909	4.1. Decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício	935
8.4. Prisão em flagrante em crimes formais	909	4.2. Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva	935
8.5. Prisão em flagrante em crime continuado (flagrante fracionado)	910	5. Pressupostos	935
9. Flagrante e apresentação espontânea do agente.....	910	5.1. Fumus commissi delicti	936
10. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito	911	5.2. Periculum libertatis	937
10.1. Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante	912	5.2.1. Garantia da ordem pública.....	937
10.2. Conductor e testemunhas.....	914	5.2.2. Garantia da ordem econômica.....	942
10.3. Interrogatório do preso.....	914	5.2.3. Garantia de aplicação da lei penal..	943
10.4. Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito	916	5.2.4. Conveniência da instrução criminal	946
10.5. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito	916	5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares	947
10.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo)	916	6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva	947
10.7. Recolhimento à prisão.....	917	6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos.....	948
10.8. Remessa do auto à autoridade competente	918	6.2. Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal	949
10.9. Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária.....	918	6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.....	950
10.10. Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, se o atuado não informar o nome de seu advogado.....	918	6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento	952
10.11. Nota de culpa	919	7. Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e de culpabilidade	954
11. Convalidação judicial da prisão em flagrante....	919	8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa	955
11.1. Relaxamento da prisão em flagrante ilegal	920	8.1. Noções introdutórias.....	955
11.2. Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária)	921	8.2. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão do processo quando o acusado estiver preso	957
11.3. Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão	924	8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade.	960
11.4. Prazo para a aplicação do art. 310 do CPP	925	8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo.....	960
11.5. Audiência de custódia	926	8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa..	962
CAPÍTULO V • DA PRISÃO PREVENTIVA.....	930	8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: mitigação das súmulas 21 e 52 do STJ	963
1. Conceito de prisão preventiva	930	8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento	964
2. Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações	931	8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão	965
3. Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal	933	8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo.....	965
4. Iniciativa para a decretação da prisão preventiva.....	934		

8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena	965	1. Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal	1002
8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal.....	966	2. Comparecimento periódico em juízo	1004
8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto	966	3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	1005
9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva.....	967	4. Proibição de manter contato com pessoa determinada.....	1006
9.1. Fundamentação per relationem.....	970	5. Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País	1008
10. Revogação da prisão preventiva.....	970	6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	1009
11. Apresentação espontânea do acusado	970	7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	1010
12. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar	971	8. Internação provisória	1013
CAPÍTULO VI • DA PRISÃO TEMPORÁRIA.....	973	9. Fiança	1016
1. Origem.....	973	10. Monitoração eletrônica.....	1017
2. Conceito de prisão temporária	974	11. Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial....	1021
3. Requisitos.....	974	12. Poder geral de cautela no processo penal	1023
3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações	976	CAPÍTULO X • DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	1027
3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado	978	1. Conceito	1027
3.3. Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90.....	978	2. Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar	1030
4. Do procedimento	984	2.1. Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória	1031
5. Prazo	985	3. Espécies de liberdade provisória.....	1031
6. Direitos e garantias do preso temporário	987	4. Liberdade provisória sem fiança	1032
CAPÍTULO VII • DAS PRISÕES DECORRENTES DE PRONÚNCIA.....	987	4.1. Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto.....	1032
1. Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorrível ..	987	4.2. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes.....	1033
2. Prisão decorrente de acórdão condenatório em virtude da ausência de efeito suspensivo dos recursos extraordinário e especial	994	4.3. Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único)	1035
CAPÍTULO VIII • DA PRISÃO DOMICILIAR.....	996	4.4. Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza	1037
1. Da prisão domiciliar	996	5. Liberdade provisória com fiança	1037
1.1. Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova	998	5.1. Conceito e natureza jurídica da fiança.....	1037
1.2. Fiscalização da prisão domiciliar	1000	5.2. Momento para a concessão da fiança	1038
1.3. Saídas controladas.....	1001	5.3. Concessão de fiança pela autoridade policial	1039
1.4. Utilização da prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão preventiva ..	1001	5.4. Valor da fiança.....	1040
1.5. Detração	1002	5.5. Infrações inafiançáveis	1041
CAPÍTULO IX • DAS MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL DIVERSAS DA PRISÃO	1002		

5.5.1. Infrações inafiançáveis que passaram a admitir fiança após a Lei nº 12.403/11.....	1041
5.5.2. Racismo.....	1044
5.5.3. Crimes hediondos, tráfico de drogas, terrorismo e tortura.....	1044
5.5.4. Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.....	1044
5.5.5. Anterior quebramento de fiança no mesmo processo ou descumprimento das obrigações dos arts. 327 e 328 do CPP.....	1044
5.5.6. Prisão civil ou militar.....	1045
5.5.7. Presença das hipóteses que autorizam a prisão preventiva.....	1045
5.6. Obrigações processuais.....	1045
5.7. Incidentes relativos à fiança.....	1046
5.7.1. Quebramento da fiança.....	1046
5.7.2. Fiança definitiva.....	1047
5.7.3. Perda da fiança.....	1047
5.7.4. Cassação da fiança.....	1048
5.7.5. Reforço da fiança.....	1048
5.7.6. Fiança sem efeito (inidoneidade da fiança).....	1049
5.7.7. Dispensa da fiança.....	1049
5.7.8. Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança.....	1049
5.7.9. Destinação da fiança.....	1050
5.7.10. Execução da fiança.....	1050
6. Liberdade provisória obrigatória.....	1051
7. Liberdade provisória proibida.....	1051
8. Liberdade provisória com vinculação.....	1060
9. Liberdade provisória sem vinculação.....	1061
10. Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.....	1061
11. Liberdade provisória e recursos.....	1062
12. Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar.....	1063
13. Menagem.....	1066
TÍTULO 7 • QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	1069
1. Noções gerais.....	1069
2. Questões prejudiciais.....	1069
2.1 Conceito e natureza jurídica.....	1070
2.2. Características.....	1071
2.3. Distinção entre questões prejudiciais e questões preliminares.....	1072
2.4. Classificação das questões prejudiciais.....	1072
2.4.1. Quanto à Natureza.....	1073
2.4.2. Quanto à competência.....	1075
2.4.3. Quanto aos efeitos.....	1075
2.4.4. Quanto ao grau de influência da questão prejudicial sobre a prejudicada ...	1075
2.5. Sistemas de Solução.....	1076
2.6. Questões prejudiciais devolutivas absolutas (heterogêneas relativas ao estado civil das pessoas).....	1077
2.6.1. Pressupostos.....	1077
2.6.2. Consequências.....	1079
2.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas (heterogêneas não relativas ao estado civil das pessoas).....	1080
2.7.1 Pressupostos.....	1080
2.7.2. Consequências.....	1081
2.8. Recursos cabíveis.....	1082
2.9. Decisão cível acerca da questão prejudicial heterogênea e sua influência no âmbito criminal.....	1083
2.10. Princípio da suficiência da ação penal....	1083
3. Exceções.....	1084
3.1. Conceito.....	1084
3.2. Exceções ou objeções.....	1085
3.3. Classificação das exceções.....	1085
3.3.1. Quanto à natureza.....	1085
3.3.2. Quanto aos efeitos.....	1085
3.3.3. Quanto à forma de processamento	1086
3.4. Natureza Jurídica.....	1086
3.5. Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade.....	1087
3.5.1. Procedimento da exceção de suspeição (impedimento e incompatibilidade).....	1087
3.5.2. Suspeição nos Tribunais de 2ª instância e nos Tribunais Superiores.....	1092
3.5.3. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	1092
3.5.4. Suspeição de serventuários, de funcionários da justiça, peritos e intérpretes.....	1093
3.5.5. Suspeição dos jurados.....	1094
3.5.6. Suspeição da autoridade policial....	1094
3.6. Exceção de incompetência.....	1095
3.6.1. Incompetência absoluta e relativa..	1095

3.6.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz da incompetência absoluta e relativa	1095	7.2.4. Destinação final do sequestro.....	1138
3.6.3. Do procedimento da exceção de incompetência.....	1095	7.3. Especialização e registro da hipoteca legal.....	1139
3.6.4. Arguição da incompetência antes do início do processo	1096	7.3.1. Momento	1142
3.6.5. Recursos cabíveis.....	1097	7.3.2. Pressupostos	1142
3.7. Exceção de ilegitimidade.....	1098	7.3.3. Legitimidade.....	1143
3.7.1. Ilegitimidade ad causam e ad processum	1098	7.3.4. Procedimento.....	1144
3.7.2. Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte.....	1099	7.3.5. Defesa.....	1146
3.7.3. Recursos cabíveis.....	1099	7.3.6. Finalização.....	1147
3.8. Exceção de litispendência	1099	7.4. Arresto prévio (ou preventivo).....	1148
3.8.1. Procedimento da exceção de litispendência	1100	7.5. Arresto subsidiário de bens móveis	1150
3.8.2. Recursos cabíveis.....	1101	7.5.1. Inscrição de hipoteca legal e arresto nos crimes de lavagem de capitais ..	1152
3.9. Exceção de coisa julgada	1101	7.6. Alienação antecipada	1153
3.9.1. Conceito de coisa julgada.....	1101	7.6.1. Momento	1154
3.9.2. Coisa julgada formal e material	1101	7.6.2. Pressupostos	1155
3.9.3. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada	1102	7.6.3. Legitimidade.....	1155
3.9.4. Limites da coisa julgada	1103	7.6.4. Procedimento.....	1156
3.9.5. Duplicidade de sentenças condenatórias com trânsito em julgado	1106	7.7. Ação civil de confisco	1158
3.9.6. Procedimento da exceção de coisa julgada	1106	8. Incidente de falsidade	1160
4. Conflito de competência	1106	8.1. Noções gerais	1160
5. Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público	1112	8.2. Procedimento do incidente de falsidade ..	1161
6. Restituição de coisas apreendidas	1115	8.3. Recurso adequado.....	1164
6.1. Apreensão	1115	8.4. Suspensão do processo principal	1164
6.2. Vedações e restrições à restituição de coisas apreendidas	1117	8.5. Coisa julgada	1165
6.2.1. Destinação das coisas apreendidas não restituídas	1119	9. Incidente de insanidade mental.....	1166
6.3. Procedimento da restituição de coisas apreendidas.....	1120	9.1. Instauração do incidente.....	1166
6.3.1. Recursos cabíveis.....	1122	9.2. Procedimento	1168
7. Medidas assecuratórias.....	1124	9.3. Conclusão do incidente de insanidade mental	1171
7.1. Noções introdutórias.....	1124	9.3.1. Durante o processo judicial.....	1171
7.1.1. Jurisdicionalidade.....	1125	9.3.2. Durante o curso do inquérito policial	1177
7.1.2. Pressupostos	1125	9.3.3. Durante a execução penal.....	1177
7.1.3. Contraditório prévio.....	1126	TÍTULO 8 • SUJEITOS DO PROCESSO	1179
7.2. Sequestro	1127	1. Noções gerais	1179
7.2.1. Procedimento.....	1129	2. Juiz.....	1179
7.2.2. Defesa.....	1131	2.1. Capacidade para ser juiz	1180
7.2.3. Levantamento do sequestro	1136	2.2. Escolha dos juízes.....	1180
		2.3. Funções do juiz no processo penal	1181
		2.3.1. Funções de ordem jurisdicional	1182
		2.3.2. Funções de ordem administrativa... ..	1185
		2.3.3. Funções anômalas.....	1185
		2.4. Garantias e vedações dos juízes.....	1186
		2.5. Imparcialidade do juiz	1187

2.5.1. Impedimento.....	1187	2.1. Efeitos da citação válida	1240
2.3.2. Suspeição	1191	2.2. Espécies de citação	1241
2.3.3. Incompatibilidade.....	1193	3. Citação pessoal.....	1241
3. Partes.....	1195	3.1. Citação por mandado.....	1241
4. Ministério Público	1196	3.2. Citação por carta precatória.....	1243
4.1. (Im) parcialidade do Ministério Público	1197	3.3. Citação do militar	1244
4.2. Organização do Ministério Público.....	1199	3.4. Citação de funcionário público.....	1245
4.3. Princípios institucionais do Ministério Público.....	1203	3.5. Citação de acusado preso	1245
4.3.1. Princípio do Promotor Natural	1205	3.6. Citação de acusado no estrangeiro	1247
4.4. Garantias e vedações	1209	3.7. Citação em legações estrangeiras	1248
4.5. Impedimento e suspeição do órgão do Ministério Público	1211	3.8. Citação mediante carta de ordem.....	1248
4.6. Promotor ad hoc	1211	4. Citação por edital	1249
5. Ofendido.....	1212	4.1. Hipóteses que autorizam a citação por edital	1249
5.1. Ofendido como querelante	1212	4.2. Suspensão do processo e da prescrição (art. 366 do CPP)	1252
5.2. Ofendido como assistente da acusação	1213	4.2.1. Art. 366 do CPP e sua aplicação na Justiça Militar	1253
5.2.1. Natureza do interesse do assistente da acusação	1216	4.2.2. Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição	1254
5.2.2. Habilitação do ofendido como assistente da acusação.....	1217	4.2.3. Produção antecipada de provas urgentes	1254
5.2.3. Atribuições do assistente	1220	4.2.4. Prisão preventiva.....	1256
6. Acusado	1222	4.2.5. Comparecimento do acusado	1256
6.1. Capacidade do acusado.....	1223	4.2.6. Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais	1257
6.1.1. Menores de 18 (dezoito) anos	1223	5. Citação por hora certa.....	1258
6.1.2. Acusado inimputável.....	1223	6. Intimação e notificação	1261
6.1.2. Pessoa jurídica.....	1224	6.1. Formas de intimação e notificação das partes	1261
6.1.3. Animais, mortos e seres inanimados.....	1224		
6.1.4. Acusado certo e individualizado	1225		
6.1.5. Imunidade diplomática	1226		
6.2. Autodefesa e presença do acusado	1226		
6.3. Contumácia do acusado.....	1227		
6.4. Direitos do acusado.....	1228		
7. Defensor.	1229		
7.1. Espécies de defensor.....	1229		
7.1.1. Defensoria Pública.....	1231		
7.2. Defesa técnica plena e efetiva	1234		
7.3. Abandono do processo pelo defensor	1234		
7.4. Impedimento do defensor	1235		
8. Assistente da defesa.....	1235		
		TÍTULO 10 • PROCESSO E PROCEDIMENTO	1265
		CAPÍTULO I • INTRODUÇÃO	1265
		1. Noções gerais	1265
		1.1. Procedimento e devido processo penal....	1266
		1.2. Violação às regras procedimentais.....	1267
		2. Classificação do procedimento.....	1268
		2.1. Classificação do procedimento comum	1268
		2.1.1. Concursos de crimes, qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena, agravantes e atenuantes	1270
		3. Procedimento adequado no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a ritos distintos.....	1271
		4. Antigo procedimento comum ordinário dos crimes punidos com reclusão.....	1272
TÍTULO 9 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	1237		
1. Noções gerais	1237		
2. Citação.....	1237		

CAPÍTULO II • PROCEDIMENTO COMUM

ORDINÁRIO	1273
1. Oferecimento da peça acusatória	1273
2. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	1274
2.1. Momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória	1274
3. Rejeição da peça acusatória	1275
3.1. Causas de rejeição.....	1275
3.1.1. Inépcia da peça acusatória.....	1275
3.1.2. Falta de pressuposto processual	1276
3.1.3. Falta de condições para o exercício da ação penal	1278
3.1.4. Falta de justa causa para o exercício da ação penal.....	1278
3.2. Rejeição parcial da peça acusatória	1279
3.3. Recurso cabível contra a rejeição da peça acusatória	1279
4. Recebimento da peça acusatória	1279
4.1. (Des) necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória.....	1280
4.2. Consequências do recebimento da peça acusatória.....	1281
4.3. Recurso cabível contra o recebimento da peça acusatória	1282
5. Citação do acusado	1282
6. Revelia	1283
7. Reação defensiva à peça acusatória.....	1285
7.1. Extinta defesa prévia	1285
7.2. Defesa preliminar	1286
7.2.1. Procedimentos em que há previsão legal de defesa preliminar	1286
7.2.2. Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar	1288
7.2.3. Defesa preliminar e necessidade de apresentação concomitante da resposta à acusação	1290
7.3. Resposta à acusação	1292
7.4. Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação	1295
8. Possível oitiva da acusação	1295
9. Absolvição sumária	1296
9.1. Julgamento antecipado da lide no processo penal.....	1297
9.2. Causas de absolvição sumária no procedimento comum	1297
9.3. Inimputável do art. 26, caput, do CP	1298

9.4. Grau de convencimento necessário para a absolvição sumária	1298
9.5. Distinção entre a absolvição sumária do procedimento comum e a da 1ª fase do procedimento do júri	1299
9.6. Coisa julgada	1299
9.7. Recurso adequado.....	1299
10. Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo.....	1300
11. Designação da audiência.....	1301
12. Audiência una de instrução e julgamento.....	1303
12.1. Da instrução probatória em audiência....	1303
12.2. Indeferimento de provas ilícitas, irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.....	1303
12.3. Diligências	1305
12.4. Mutatio libelli: eventual necessidade de aditamento	1306
12.5. Alegações orais.....	1306
12.5.1. Conteúdo das alegações orais.....	1307
12.5.2. Ordem de apresentação das alegações orais	1308
12.5.3. Substituição das alegações orais por memoriais	1309
12.5.4. Não apresentação de alegações orais ou memoriais pelas partes	1309
12.6. Sentença.....	1311
12.7. Registro da audiência	1311

CAPÍTULO III • PROCEDIMENTO COMUM

SUMÁRIO	1312
1. Noções gerais	1312
2. Distinção entre o procedimento comum ordinário e o procedimento comum sumário	1312

CAPÍTULO IV • PROCEDIMENTO ESPECIAL

DO TRIBUNAL DO JÚRI	1313
1. Princípios constitucionais do júri	1313
1.1. Plenitude de defesa.....	1314
1.2. Sigilo das votações	1315
1.2.1. Sala especial.....	1315
1.2.2. Incomunicabilidade dos jurados	1316
1.2.3. Votação unânime	1317
1.3. Soberania dos veredictos	1317
1.3.1. Cabimento de apelação contra decisões do Júri	1318
1.3.2. Cabimento de revisão criminal contra decisões do Júri.....	1319
1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	1319

2. Procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1321	8.3. Hipóteses que autorizam o desaforamento	1356
3. Iudicium accusationis (ou sumário da culpa).....	1321	8.4. Aceleração de julgamento.....	1357
3.1. Alegações orais.....	1325	8.5. Crimes conexos e coautores.....	1357
4. Impronúncia	1326	8.6. Comarca (ou subseção judiciária) para a qual o processo será desaforado.....	1357
4.1. Natureza jurídica e coisa julgada.....	1327	8.7. Efeito suspensivo.....	1358
4.2. Provas novas e oferecimento de outra peça acusatória	1327	8.8. Recursos	1358
4.3. Infração conexa	1328	8.9. Reaforamento.....	1359
4.4. Despronúncia	1328	9. Preparação do processo para julgamento pelo Tribunal do Júri.....	1359
4.5. Recurso cabível.....	1328	9.1. Ordenamento do processo.....	1360
5. Desclassificação do delito	1329	9.2. Ordem do julgamento	1361
5.1. Nova capitulação legal	1331	9.3. Habilitação do assistente do Ministério Público.....	1361
5.2. Procedimento a ser observado pelo juízo singular competente.....	1331	10. Organização do Júri	1362
5.3. Infração conexa	1332	10.1. Requisitos para ser jurado.....	1362
5.4. Situação do acusado preso	1333	10.2. Recusa injustificada	1365
5.5. Recurso cabível.....	1333	10.3. Direitos dos jurados	1366
5.6. Conflito de competência	1334	10.4. Escusa de consciência	1367
6. Absolvição sumária	1336	11. Sessão de julgamento	1367
6.1. Inimputável do art. 26, caput, do CP	1337	11.1. Reunião periódica	1367
6.2. Juízo de certeza.....	1338	11.2. Ausências.....	1368
6.3. Infração conexa	1338	11.2.1. Ausência do órgão do Ministério Público	1368
6.4. Natureza jurídica e coisa julgada.....	1339	11.2.2. Ausência do advogado de defesa..	1368
6.5. Recurso cabível.....	1339	11.2.3. Ausência do acusado solto.....	1370
6.5.1. Recurso de ofício.....	1340	11.2.4. Ausência do acusado preso.....	1370
7. Pronúncia	1341	11.2.5. Ausência do advogado do assistente de acusação	1370
7.1. Pressupostos	1341	11.2.6. Ausência do advogado do querelante	1371
7.2. Natureza jurídica	1342	11.2.7. Ausência de testemunhas	1371
7.3. Regra probatória: in dubio pro societate (ou in dubio pro reo).....	1343	11.2.8. Ausência do juiz presidente	1373
7.4. Fundamentação e eloquência acusatória .	1344	11.3. Verificação da presença de, pelo menos, 15 jurados.....	1373
7.5. Emendatio e mutatio libelli.....	1346	11.3.1. Empréstimo de jurados.....	1374
7.6. Conteúdo da pronúncia.....	1347	11.4. Suspeição, impedimento e incompatibilidade.....	1375
7.7. Infrações conexas.....	1349	11.4.1. Dos jurados	1375
7.8. Constatação do envolvimento de outras pessoas como coautores ou partícipes	1349	11.4.2. Do juiz-presidente	1376
7.9. Efeitos da pronúncia.....	1350	11.4.3. Do órgão do Ministério Público	1377
7.9.1. Decretação da prisão preventiva ou imposição de medidas cautelares diversas da prisão.....	1351	11.5. Composição do Conselho de Sentença ...	1377
7.10. Intimação da pronúncia	1352	11.5.1. Recusas motivadas, imotivadas (ou peremptórias) e estouro de urna.....	1377
7.11. Recurso cabível.....	1354	11.5.2. Tomada do compromisso dos jurados.....	1379
8. Desaforamento.....	1354		
8.1. Legitimidade para o requerimento de desaforamento	1355		
8.2. Momento para o desaforamento.....	1355		

11.6. Instrução em plenário	1379	2.1. Conceito de infração de menor potencial ofensivo.....	1416
11.6.1. Leitura de peças	1380	2.1.1. Princípio da insignificância e infração de médio potencial ofensivo.....	1418
11.6.2. Interrogatório do acusado.....	1382	2.2. Excesso de acusação	1419
11.7. Debates	1383	2.3. Estatuto do Idoso	1420
11.7.1. Réplica e tréplica	1385	2.4. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1420
11.7.2. Exibição e leitura de documentos em plenário	1387	2.5. Crimes eleitorais.....	1421
11.7.3. Argumento de autoridade.....	1389	2.6. Violência doméstica e familiar contra a mulher e aplicação da Lei nº 9.099/95	1421
11.7.4. Direito ao aparte	1390	2.7. Aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar.....	1422
11.7.5. Sociedade indefesa	1390	2.8. Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo	1423
11.7.6. Acusado indefeso	1391	2.9. Causas de modificação da competência dos Juizados	1424
11.8. Esclarecimentos aos jurados e possível dissolução do Conselho de Sentença	1393	2.10. Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa	1426
12. Quesitação.....	1394	2.11. Competência territorial.....	1427
12.1. Leitura dos quesitos	1395	2.11.1. Juizados Especiais Itinerantes	1427
12.2. Votação.....	1397	3. Termo Circunstanciado.....	1428
12.3. Ordem dos quesitos	1398	4. Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo	1430
3.1) Tentativa: Tício, assim agindo, deu início à execução de um crime de homicídio que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, consistente na imediata intervenção de policiais que passavam pelo local?	1399	4.1. Afastamento do lar nos casos de violência doméstica.....	1431
3.2) Desclassificação para infanticídio: Tícia agiu sob a influência do estado puerperal, matando o próprio filho durante ou logo após o parto?	1400	5. Fase preliminar dos Juizados.....	1431
12.4. Questões diversas	1403	5.1. Composição dos danos civis.....	1432
12.4.1. Absolvição imprópria	1403	5.2. Oferecimento de representação	1434
12.4.2. Falso testemunho em plenário	1404	5.3. Transação penal.....	1435
12.4.3. Agravantes e atenuantes.....	1405	5.3.1. Pressupostos de admissibilidade da transação penal.....	1435
12.4.4. Concurso de crimes e homicídio praticado por milícia privada ou por grupo de extermínio.....	1407	5.3.2. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal	1438
13. Desclassificação	1408	5.3.3. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal	1439
13.1. Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo	1409	5.3.4. Momento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	1440
13.2. Desclassificação e crimes conexos	1410	5.3.5. Descumprimento injustificado da transação penal.....	1442
14. Sentença	1411	5.3.6. Recurso.....	1444
14.1. Sentença absolutória.....	1411	6. Análise do procedimento comum sumaríssimo..	1445
14.2. Sentença condenatória	1412	6.1. Oferecimento da peça acusatória	1446
14.3. Ata	1412	6.2. Defesa Preliminar	1447
14.4. Atribuições do juiz presidente.....	1412	6.3. Rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	1448
CAPÍTULO V • PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO	1413	6.4. Citação do acusado	1448
1. Constituição Federal e Juizados Especiais Criminais	1413	6.5. Resposta à acusação	1449
2. Competência dos Juizados Especiais Criminais...	1416		

6.6. Possibilidade de absolvição sumária.....	1450	2.5. Sentenças definitivas, decisões definitivas e com força de definitivas.....	1478
6.7. Audiência de instrução e julgamento.....	1451	2.6. Decisões executáveis, não executáveis e condicionais.....	1478
7. Sistema recursal no âmbito dos Juizados e julgamento pelas turmas recursais	1452	2.7. Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas.....	1479
7.1. Apelação nos Juizados.....	1453	2.8. Decisões suicidas, vazias e autofágicas.....	1479
7.2. Embargos de declaração nos Juizados	1454	2.9. Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais e executivas	1479
7.3. Recurso Extraordinário.....	1455	3. Estrutura e requisitos da sentença.....	1480
7.4. Recurso Especial.....	1455	3.1. Relatório.....	1480
7.5. Habeas corpus.....	1456	3.2. Fundamentação.....	1482
7.6. Mandado de segurança.....	1456	3.2.1. Fundamentação per relationem.....	1485
7.7. Revisão criminal	1457	3.3. Dispositivo.....	1486
8. Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	1457	3.4. Autenticação	1487
9. Suspensão condicional do processo.....	1458	4. Sentença absolutória.....	1487
9.1. Conceito e natureza jurídica.....	1458	4.1. Espécies de sentença absolutória	1487
9.2. Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo	1459	4.2. Presunção de inocência e regra probatória.....	1488
9.3. Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada	1462	4.3. Fundamentos	1489
9.4. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo.....	1463	4.4. Efeitos decorrentes da sentença absolutória.....	1490
9.5. Momento para a aceitação da proposta... ..	1464	4.4.1. Efeito principal: colocação do acusado em liberdade.....	1490
9.5.1. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	1464	4.4.2. Efeitos secundários.....	1490
9.6. Aceitação da proposta.....	1465	5. Sentença condenatória	1491
9.7. Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão.....	1467	5.1. Fixação da pena.....	1491
9.8. Condições da suspensão condicional do processo	1468	5.1.1. Fixação da pena-base.....	1494
9.9. Revogação da suspensão condicional do processo	1470	5.1.2. Fixação da pena provisória.....	1498
9.9.1. Revogação obrigatória.....	1470	5.1.3. Fixação da pena definitiva.....	1500
9.9.2. Revogação facultativa.....	1470	5.1.4. Fixação do regime penitenciário	1502
9.10. Extinção da punibilidade	1471	5.1.5. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	1506
9.11. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais	1472	5.1.6. Fixação da pena de multa	1508
10. Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	1473	5.2. Decretação (ou manutenção) da prisão preventiva ou das medidas cautelares diversas da prisão na sentença condenatória	1509
TÍTULO 11 • SENTENÇA PENAL.....	1475	5.3. Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória	1511
1. Atos processuais do juiz	1475	5.3.1. Efeitos penais	1511
2. Classificação dos provimentos judiciais	1475	5.3.2. Efeitos extrapenais	1512
2.1. Despachos de mero expediente.....	1475	5.4. Pedido absolutório formulado pela acusação e (im)possibilidade de condenação.....	1521
2.2. Decisões interlocutórias simples e mistas (não terminativas e terminativas)	1476	6. Publicação da sentença	1522
2.3. Decisões definitivas.....	1477	6.1. Esgotamento da instância	1523
2.4. Sentença.....	1477	6.2. Intimação da sentença	1524

7. Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência)	1526
7.1. Emendatio libelli.....	1527
7.1.1. Momento da emendatio libelli	1529
7.1.2. Emendatio libelli e necessidade de oitiva das partes.....	1531
7.1.3. Emendatio libelli nas diferentes espécies de ação penal	1533
7.1.4. Emendatio libelli na 2ª instância.....	1533
7.2. Mutatio libelli.....	1535
7.2.1. Surgimento de prova nos autos de elementares ou circunstâncias não contidas na peça acusatória.....	1536
7.2.2. Fato novo e fato diverso.....	1537
7.2.3. Necessidade de aditamento, independentemente do quantum de pena cominado à imputação diversa	1538
7.2.4. Aditamento espontâneo (CPP, art. 384, caput) e provocado (CPP, art. 384, § 1º).....	1539
7.2.5. Procedimento da mutatio libelli.....	1541
7.2.6. Recurso cabível contra a rejeição do aditamento à peça acusatória.....	1543
7.2.7. Mutatio libelli nas diferentes espécies de ação penal.....	1543
7.2.8. Aditamento: imputação superveniente e possibilidade de condenação do acusado quanto à imputação originária	1545
7.2.9. Mutatio libelli na 2ª instância	1546
7.3. Disposições comuns à emendatio e mutatio libelli	1548
7.3.1. Possibilidade de oferecimento da proposta de transação penal.....	1548
7.3.2. Possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo	1549
7.3.3. Mudança de competência.....	1550
7.3.4. Mudança da espécie de ação penal	1551
7.4. Emendatio e mutatio libelli no processo penal militar	1553
TÍTULO 12 • NULIDADES.....	1555
1. Noções gerais: tipicidade processual e nulidade	1555
2. Espécies de irregularidades.....	1557
3. Espécies de atos processuais	1557
4. Nulidade	1559
4.1. Espécies de nulidades	1559
4.1.1. Nulidade absoluta	1560
4.1.2. Nulidade relativa	1562
4.1.3. Anulabilidades.....	1568
4.2. Reconhecimento das nulidades	1568
4.2.1. Na primeira instância	1568
4.2.2. Na segunda instância	1569
5. Princípios referentes às nulidades	1570
5.1. Princípio da tipicidade das formas.....	1570
5.2. Princípio do prejuízo	1571
5.3. Princípio da instrumentalidade das formas	1572
5.4. Princípio da eficácia dos atos processuais	1573
5.5. Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia.....	1574
5.6. Princípio da causalidade (efeito expansivo).....	1575
5.7. Princípio da conservação dos atos processuais (confinamento da nulidade).....	1576
5.8. Princípio do interesse.....	1577
5.9. Princípio da lealdade (ou da boa-fé).....	1578
5.10. Princípio da convalidação.....	1578
6. Nulidades em espécie	1581
6.1. Incompetência.....	1581
6.2. Suspeição	1581
6.3. Suborno do juiz	1582
6.4. Ilegitimidade de parte.....	1582
6.5. Falta da denúncia, da queixa, da representação e da requisição do Ministro da Justiça	1583
6.6. Ausência do exame de corpo de delito.....	1584
6.7. Falta de nomeação de defensor ao acusado presente, que não o tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos... 1586	
6.8. Não intervenção do Ministério Público.....	1587
6.9. Ausência de citação (circundução), do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa	1588
6.10. Nulidades cominadas no procedimento bifásico do Tribunal do Júri	1590
6.11. Falta da sentença	1597
6.12. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido	1599
6.13. Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência das sentenças e despachos de que caiba recurso.....	1600
6.14. Falta do quorum legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais .	1602
6.15. Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato	1603
7. Nulidades no inquérito policial	1604

TÍTULO 13 • RECURSOS	1605		
CAPÍTULO I • TEORIA GERAL DOS RECURSOS ..	1605		
1. Conceito e características.....	1605		
2. Natureza jurídica dos recursos	1606		
3. Princípios.....	1606		
3.1. Duplo grau de jurisdição	1606		
3.1.1. Recolhimento à prisão para re-			
correr.....	1608		
3.1.2. Acusados com foro por prerroga-			
tiva de função.....	1612		
3.2. Princípio da taxatividade dos recursos.....	1615		
3.3. Princípio da unrecorribilidade das de-			
cisões.....	1615		
3.4. Princípio da fungibilidade.....	1617		
3.5. Princípio da convolução	1618		
3.6. Princípio da voluntariedade dos recursos.	1619		
3.6.1. Reexame necessário (recurso de			
ofício ou remessa necessária)	1620		
3.7. Princípio da disponibilidade dos recursos.	1622		
3.8. Princípio da non reformatio in pejus			
(efeito prodrômico da sentença).....	1622		
3.8.1. Princípio da non reformatio in			
pejus direta e indireta	1624		
3.8.2. Non reformatio in pejus indireta			
e incompetência absoluta	1625		
3.8.3. Non reformatio in pejus indireta			
e soberania dos verdictos	1626		
3.9. Princípio da reformatio in mellius	1628		
3.10. Princípio da dialeticidade.....	1629		
3.10.1 Ausência de razões recursais da			
defesa e do Ministério Público.....	1631		
3.11. Princípio da complementariedade	1632		
3.12. Princípio da variabilidade	1632		
3.13. Princípio da colegialidade	1633		
4. Pressupostos de admissibilidade recursal (ju-			
ízo de prelibação).....	1634		
5. Pressupostos objetivos de admissibilidade			
recursal.....	1637		
5.1. Cabimento	1637		
5.2. Adequação	1637		
5.3. Tempestividade	1637		
5.3.1. Início do prazo recursal	1638		
5.3.2. Prazo recursal para a defesa	1639		
5.3.3. Início do prazo recursal para o			
Ministério Público	1641		
5.3.4. Prazos recursais diversos.....	1642		
5.3.5. Prazo em dobro.....	1643		
5.3.6. Férias forenses	1644		
5.3.7. Interposição de recursos via fax.....	1645		
5.3.8. Utilização de meios eletrônicos	1645		
5.4. Inexistência de fato impeditivo	1646		
5.4.1. Renúncia ao direito de recorrer	1646		
5.4.2. Preclusão	1647		
5.4.3. Recolhimento à prisão para re-			
correr	1647		
5.5. Inexistência de fato extintivo (extinção			
anômala do recurso)	1647		
5.5.1. Desistência	1648		
5.5.2. Deserção.....	1650		
5.6. Regularidade formal.....	1651		
6. Pressupostos subjetivos de admissibilidade			
recursal.....	1652		
6.1. Legitimidade recursal	1652		
6.1.1. Legitimação restrita e subsidiária			
do assistente da acusação.....	1654		
6.2. Interesse recursal	1658		
6.2.1 Classificação da sucumbência	1658		
6.2.2. Sentença absolutória e interesse			
recursal da defesa	1659		
6.2.3. Extinção da punibilidade e inte-			
resse recursal no julgamento do mérito ...	1659		
6.2.4. Divergência entre o interesse			
recursal do acusado e o de seu defensor..	1660		
6.2.5. Sentença condenatória e/ou ab-			
solutória e interesse recursal do Minis-			
tério Público	1660		
7. Efeitos dos recursos.....	1662		
7.1. Efeito obstativo	1662		
7.2. Efeito devolutivo	1662		
7.3. Efeito suspensivo	1664		
7.4. Efeito regressivo, iterativo ou diferido	1666		
7.5. Efeito extensivo	1667		
7.6. Efeito substitutivo	1667		
7.7. Efeito translativo	1668		
7.8. Efeito dilatatório-procedimental	1668		
8. Direito intertemporal e recursos	1668		
9. Classificação dos recursos	1671		
9.1. Quanto à obrigatoriedade.....	1671		
9.2. Quanto à fundamentação	1671		
9.3. Quanto à extensão da matéria impug-			
nada.....	1672		
9.4. Quanto aos pressupostos de admissibi-			
lidade.....	1673		
9.5. Quanto ao objeto imediato do recurso.....	1673		

CAPÍTULO II • RECURSOS CRIMINAIS EM

ESPÉCIE	1674		
1. Recurso em sentido estrito	1674	1.4. Aspectos procedimentais do recurso em sentido estrito	1692
1.1. Interpretação extensiva.....	1674	1.4.1. Forma	1692
1.2. Utilização residual do recurso em sentido estrito.....	1675	1.4.2. Prazo.....	1693
1.3. Hipóteses de cabimento.....	1676	1.4.3. Processamento.....	1694
1.3.1. Não recebimento da peça acusatória.....	1677	1.4.4. Competência para o julgamento.....	1695
1.3.2. Incompetência do juízo	1678	1.5. Efeitos.....	1695
1.3.3. Procedência das exceções, salvo a de suspeição	1680	2. Apelação.....	1696
1.3.4. Pronúncia do acusado.....	1680	2.1. Noções gerais	1696
1.3.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1682	2.2. Espécies.....	1697
1.3.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.....	1683	2.2.1. Apelação plena (ou ampla) e apelação parcial (restrita)	1697
1.3.7. Decisão que decretar (ou não) a extinção da punibilidade.....	1684	2.2.2. Apelação principal e apelação subsidiária (ou supletiva)	1698
1.3.8. Decisão que conceder ou negar a ordem de habeas corpus.....	1686	2.2.3. Apelação sumária e apelação ordinária	1698
1.3.9. Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou a suspensão condicional do processo	1687	2.2.4. Apelação adesiva (ou incidental)	1699
1.3.10. Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional.....	1687	2.3. Hipóteses de cabimento.....	1699
1.3.11. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte, ou que reconhecer a ilicitude da prova e determinar seu desentranhamento.....	1688	2.3.1. Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular.....	1700
1.3.12. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	1689	2.3.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito.....	1700
1.3.13. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1689	2.3.3. Decisões do Tribunal do Júri	1701
1.3.14. Decisão que ordenar a suspensão do processo, seja em virtude de questão prejudicial, seja quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor.....	1690	2.4. Aspectos procedimentais da apelação.....	1708
1.3.15. Decisão que decidir sobre a unificação de penas.....	1691	2.4.1. Forma	1708
1.3.16. Decisão que decidir o incidente de falsidade	1691	2.4.2. Prazo.....	1708
1.3.17. Incidentes da execução da pena ...	1691	2.4.3. Processamento.....	1709
1.3.18. Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples	1692	2.4.4. Competência para o julgamento.....	1710
		2.5. Efeitos.....	1710
		3. Protesto por novo júri	1712
		3.1. Revogação pela Lei nº 11.689/08.....	1712
		3.2. Pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal do revogado protesto por novo júri.....	1712
		4. Embargos infringentes e de nulidade.....	1717
		4.1. Hipóteses de cabimento.....	1717
		4.2. Prazo e interposição	1718
		4.3. Competência para seu julgamento	1719
		4.4. Efeitos.....	1719
		4.5. Possibilidade de interposição simultânea dos embargos infringentes e de nulidade e dos recursos extraordinários.....	1720
		5. Embargos de Declaração	1721
		5.1. Hipóteses de cabimento.....	1722

5.2. Prazo.....	1722	5.5. Outras autoridades.....	1749
5.3. Procedimento.....	1723	6. Legitimação passiva.....	1749
5.4. Efeitos quanto aos demais prazos recursais.....	1723	6.1. Autoridade coatora (ou coator) e detentor	1749
6. Agravo em execução	1724	6.2. Ministério Público como autoridade coatora	1750
6.1. Hipóteses de cabimento.....	1724	6.3. Particular como coator	1750
6.2. Procedimento.....	1725	6.4. Outras autoridades.....	1750
6.3. Prazo.....	1725	7. Espécies de habeas corpus: liberatório, preventivo, profilático e trancativo	1751
6.4. Efeitos.....	1725	8. Hipóteses de impetração do habeas corpus	1752
7. Carta testemunhável	1726	8.1. Ausência de justa causa	1752
7.1. Hipóteses de cabimento.....	1726	8.1.1. Falta de justa causa para a prisão ...	1753
7.2. Prazo.....	1727	8.1.2. Falta de justa causa e trancamento de investigações preliminares.....	1754
7.3. Procedimento.....	1728	8.1.3. Falta de justa causa e trancamento do processo penal.....	1755
7.4. Efeitos.....	1728	8.2. Decurso do tempo de prisão previsto na lei.....	1757
8. Correição parcial	1729	8.2.1. Excesso de prazo da prisão penal ...	1757
8.1. Hipóteses de cabimento.....	1729	8.2.2. Excesso de prazo da prisão temporária	1757
8.2. Natureza jurídica	1730	8.2.3. Excesso de prazo da prisão preventiva.....	1758
8.3. Legitimidade.....	1731	8.3. Coação ordenada por autoridade incompetente	1758
8.4. Prazo.....	1731	8.4. Cessaçao do motivo que autorizou a coaçao	1759
TÍTULO 14 • AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	1733	8.5. Não admissao de prestaçao de fiança	1760
CAPÍTULO I • HABEAS CORPUS	1733	8.6. Processo manifestamente nulo.....	1762
1. Noções Gerais.....	1733	8.7. Extinçao da punibilidade	1763
2. Natureza jurídica	1733	9. Competência	1764
3. Interesse de agir na açao de habeas corpus	1735	9.1. Competência do Supremo Tribunal Federal	1766
3.1. Necessidade da tutela: violençao ou coaçao decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.....	1735	9.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça	1768
3.2. Adequaçao: tutela da liberdade de locomoçao e a antiga doutrina brasileira do habeas corpus	1736	9.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais	1768
3.2.1. Hipóteses que autorizam o conhecimento do habeas corpus.....	1737	9.4. Competência dos Tribunais de Justiça	1768
3.2.2. Hipóteses em que não se autoriza o conhecimento do habeas corpus por falta de adequaçao.....	1738	9.5. Competência da Justiça Militar	1768
4. Possibilidade jurídica do pedido	1744	9.6. Competência das Turmas Recursais	1771
4.1. Cabimento do habeas corpus em relaçao a puniçoes disciplinares militares.....	1744	9.7. Competência da Justiça do Trabalho.....	1771
4.2. Estado de Sítio.....	1744	9.8. Competência do juiz de 1ª instância.....	1772
4.3. Prisão administrativa.....	1745	9.9. Ministério Público como autoridade coatora e competência para o julgamento do habeas corpus	1772
5. Legitimaçao ativa.....	1745	10. Procedimento.....	1774
5.1. Distinçao entre impetrante e paciente	1745	10.1. Capacidade postulatória.....	1774
5.2. Legitimaçao ampla e irrestrita	1746		
5.3. Pessoa jurídica.....	1747		
5.4. Ministério Público	1748		

10.2. Petição inicial	1774	6.3.7. Impeachment	1793
10.3. Dilação probatória.....	1775	7. Hipóteses de cabimento da revisão criminal	1793
10.4. Medida liminar	1776	7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei penal.....	1793
10.4.1. Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo habeas corpus	1777	7.2. Contrariedade à evidência dos autos.....	1795
10.5. Apresentação do preso e requisição de informações.....	1777	7.3. Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	1795
10.6. Efeito extensivo da ordem de habeas corpus.....	1778	7.4. Descoberta de novas provas em favor do condenado	1796
10.7. Intervenção das partes.....	1778	7.5. Nulidade do processo.....	1797
10.8. Recursos contra as decisões em habeas corpus	1780	8. Aspectos procedimentais da revisão criminal.....	1799
10.9. Coisa julgada	1782	8.1. Capacidade postulatória.....	1799
CAPÍTULO II • REVISÃO CRIMINAL	1783	8.2. Desnecessidade de recolhimento à prisão	1799
1. Noções gerais	1783	8.3. Inexistência de prazo decadencial.....	1799
2. Conceito	1783	8.4. Competência	1800
3. Natureza jurídica	1784	8.5. Procedimento	1801
4. Distinção entre revisão criminal e ação rescisória.....	1785	8.6. Efeito suspensivo.....	1802
5. Pedidos: juízo rescindente e juízo rescisório.....	1785	8.7. Ônus da prova	1803
6. Condições da ação.....	1786	8.8. Non reformatio in pejus direta e indireta .	1804
6.1. Legitimidade ativa e passiva.....	1786	8.9. Recursos	1805
6.2. Interesse de agir: coisa julgada	1788	8.10. Indenização pelo erro judiciário.....	1805
6.2.1. Desnecessidade de esgotamento das instâncias ordinárias (prequestionamento).....	1788	8.11. Coisa julgada	1807
6.3. Possibilidade jurídica do pedido: sentença condenatória ou absolutória imprópria, inclusive após o cumprimento da pena e/ou morte do acusado.....	1788	CAPÍTULO III • MANDADO DE SEGURANÇA	1807
6.3.1. Vedação da revisão criminal pro societate no ordenamento pátrio e princípio do ne bis in idem processual	1789	1. Noções gerais	1807
6.3.2. Impossibilidade de utilização da revisão criminal para fins de modificação dos fundamentos de sentença absolutória própria.....	1790	2. Conceito e natureza jurídica.....	1808
6.3.3. Extinção da punibilidade	1790	3. Objeto da tutela	1808
6.3.4. Revisão criminal no âmbito do Júri e soberania dos veredictos.....	1791	4. Prazo decadencial.....	1809
6.3.5. Juizados Especiais Criminais.....	1792	5. Legitimação ativa e passiva	1809
6.3.6. Transação penal.....	1792	6. Cabimento.....	1810
		6.1. Hipóteses comuns de impetração do mandado de segurança no âmbito criminal	1812
		7. Aspectos procedimentais	1814
		7.1. Petição inicial	1814
		7.2. Procedimento e julgamento do mandado de segurança	1814
		7.3. Competência	1816
		7.4. Medida liminar	1817
		7.5. Recursos	1818
		BIBLIOGRAFIA.....	1819